

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT) – Comunicação de Líder,**

**pela oposição:** Saúdo nosso presidente em exercício, Ver. Paulo Brum, colegas vereadores e vereadoras, público que acompanha nesta tarde a nossa sessão, quero também ficar no tema da saúde porque acho de extrema importância, na medida em que hoje pela manhã também foi decretado o primeiro caso de coronavírus em Porto Alegre: uma senhora de 54 anos, também vinda da Itália.

Portanto o coronavírus não está ali em Campo Bom apenas, está

aqui no nosso lado e é preciso que a atenção à saúde básica, que os prontos atendimentos, que o poder público municipal esteja ligado, porque ainda não se tem – se espera uma preparação do Hospital de Clínicas com a nova área – uma área adequada para este tipo de tratamento, por se exigir um certo isolamento.

Quero dizer que hoje pela manhã o desembargador Francisco, do Tribunal Regional do Trabalho 4ª região, pediu para a Secretaria Municipal de Saúde mais um ano, no mínimo, para demitir todos os agentes que compõem hoje o IMESF. Infelizmente, o governo queria demitir todos agora, em março e abril; depois o secretário recuou para seis meses. Os advogados, sindicatos e nós, depois de muita argumentação, de que a realidade é muito difícil na cidade de Porto Alegre, que estamos vivendo o início de uma epidemia, que o governo não está preparado para poder absorver esse serviço, que ainda não tem nem data do concurso público, nem mesmo edital para a mudança desses novos servidores, com a demissão dos servidores, como o governo absorveria o atendimento de toda a cidade Porto Alegre? Obviamente que o desembargador percebeu que o governo está despreparado para tal e determinou que, no mínimo, tenha um ano para a discussão e tempo para o governo se preparar para fazer concurso público e depois discutir a viabilidade ou não. É óbvio que os sindicatos e nós, aqui na Câmara, muitos vereadores, entendem que esses trabalhadores não podem ser demitidos, porque eles estão contemplados por lei federal, porque já fizeram a prova seletiva, portanto merecem, sim, ser absorvidos pelo poder público, mesmo que o poder público tenha que criar uma autarquia no regime celetista e que, na medida em que for havendo vacância, o governo possa, então, chamar os demais que farão concurso pelo sistema estatutário.

Nesse sentido, queria parabenizar os sindicatos, os advogados dos sindicatos, o desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª região pela medida acertada de

não aceitar a demissão desses trabalhadores, porque nós não estamos brincando aqui em terceirizar a saúde para dá-la em forma de lucro para a empresa privada, e nesse caso muito pontual do IMESF ainda não foram julgados os embargos de recurso no Supremo Tribunal Federal. Portanto, não há necessidade de demissão. Existe uma enorme preocupação com outros serviços, como a própria colega Cláudia colocou: o consultório da PUC, outros hospitais que, na verdade, o poder público não contratualiza novos serviços, e, principalmente, o pronto atendimento da Bom Jesus e da Lomba do Pinheiro, que o governo terceirizou com uma empresa que tem enormes problemas com a justiça em todos os lugares que fez gestão. Portanto, eu quero reforçar aqui a medida acertada do desembargador do Tribunal Regional do Trabalho, e que, com certeza, no próximo ano, não será o governo Marchezan, será um governo que dialogue com a sociedade, que dialogue com os segmentos que ora estão sendo prejudicados e perdendo todas as conquistas de muitas décadas, e agora isso se radicaliza de uma forma absurda, judicializando a maior parte dos problemas. Portanto, nós não concordamos com a ação do governo municipal... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Texto sem revisão final.)